



Iano Andrade/CB

CONDOMÍNIOS

Projeto do Executivo autoriza a licitação para a venda de lotes em condomínios do DF. Moradores terão preferência. O advogado Mário de Oliveira, defensor de 18 parcelamentos do Jardim Botânico, diz que Terracap primeiro terá de provar ser dona das áreas.

PÁGINA 27

CORREIO BRASILENSE

BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2006
 Editora: Samanta Sallum//
 samanta.sallum@correioweb.com.br
 Subeditores: Ana Paixão, Carlos Tavares,
 Roberto Fonseca, Rovênia Amorim
 e Valéria de Velasco
 Coordenadora: Tais Braga//
 tais.braga@correioweb.com.br
 E-mail: cidades@correioweb.com.br
 Tels. 3214-1180 • 3214-1181
 Fax: 3214-1185

SEGURANÇA

DF-Polícia

O trabalho de policiais militares em empresas, comércios, eventos e condomínios virou alvo de investigação da Polícia Federal. Uso de viaturas na ronda de loteamentos irregulares é apurado

Gustavo Moreno/Especial para o CB



AGENTES FEDERAIS TENTAM COMPROVAR A DENÚNCIA DE QUE POLICIAIS MILITARES TRABALHAM NA PORTARIA DO CONDOMÍNIO ENTRE LAGOS, PRÓXIMO AO PARANOÁ: SÍNDICO DO LOTEAMENTO NEGA QUALQUER IRREGULARIDADE NO LOCAL

VIGILÂNCIA ILEGAL NA MIRA DA PF

FABÍOLA GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

As empresas especializadas em vigilância particular estão na mira da Polícia Federal. A Delegacia de Segurança Privada (Delesp) fechou 13 firmas clandestinas no ano passado e já planeja nova operação até o final do ano. Policiais federais investigam o envolvimento de policiais militares com esse tipo de serviço. Oficiais se valem do cargo para oferecer proteção a comerciantes e organizadores de shows. Soldados aproveitam as horas de folga e fazem "bicos" para ganhar dinheiro extra.

Embora sejam treinados para cuidar da segurança pública, policiais militares não têm capacitação para trabalhar com vigilância privada. E mesmo que tivessem, são proibidos por lei de terem outra atividade (leia O que diz a lei). A dupla jornada dos Policiais Militares da PMDF. Aqueles que fazem segurança particular praticam exercício ilegal da profissão.

O delegado chefe da Delesp, Renington Serra, está de olho nos oficiais que protegem os militares e nos comerciantes que contratam os serviços. Algumas lojas tentam mascarar o ofício e mudam a nomenclatura. Seguranças viram agente patrimonial, fiscal de piso, fiscal de mercadoria e apoio. "Todos esses nomes são usados para ca-

O QUE DIZ A LEI

Requisitos para ser segurança particular:

- Ser brasileiro
- Ter mais de 21 anos
- Aprovação em curso de formação de vigilantes
- Aprovação em exame de saúde físico, psicotécnico e mental
- Estar cadastrado na Polícia Federal e vinculado a empresa de segurança privada
- Estar quites com as obrigações militares
- Ter pelo menos a 4ª série

Penalidades previstas para quem contrata e quem exerce segurança clandestina:

- O segurança em atividade irregular responde pelo crime de exercício ilegal da profissão (artigo 250 do Código Penal), cuja pena é de detenção e varia de 3 meses a 2 anos
- O comerciante que o contratar responde como partícipe
- Se o segurança em atividade ilegal reincidir e for pego, responde por crime de desobediência (artigo 350 do Código Penal), cuja pena é de detenção e varia de 15 dias a 6 meses
- O mesmo vale para o comerciante que o contratou

Fonte: Delegacia de Segurança Privada (Delesp) da Superintendência da Polícia Federal

muflar a atividade, mas não adianta. Estamos atentos", avisou Renington.

A nova ação que será desencadeada pela Polícia Federal também pretende coibir que condomínios residenciais contratem PMs para fazer a segurança. As investigações da Delesp identificaram viaturas fazendo rondas ostensivas dentro de condomínios privados, o que é irregular, segundo o delegado. "Isso é peculato e desvio de função. Os policiais não podem se valer do cargo para trabalhar como vigilantes e ainda dispor de viaturas oficiais para complementar o trabalho", alertou Renington.

A Polícia Federal apura também denúncias de que o Condomínio Entre Lagos, no Paranoá, utiliza-se de PMs em horários de folga trabalhando como segurança. O síndico Adilson Barreto, presidente da Federação dos Condomínios Horizontais do DF (Facho/DF), nega a prática. E disse que não há firmas de vigilância contratada. "Temos os agentes de portaria, que controlam a entrada e saída dos visitantes", explicou.

Agente de portaria é, na avaliação da PF, mais uma nomenclatura usada para esconder a atividade ilegal. Adilson jura que sua equipe não faz serviço de vigilância, mas são os agentes de

portaria quem chamam a polícia em caso de ocorrência policial, assim como os profissionais de segurança privada. "Tentamos contratar uma firma, mas a PF põe tanto empecilho que dificultou a contratação. É muita burocracia", reclamou o síndico.

Ilegalidade

É comum encontrar em supermercados, postos de gasolina e pequenos estabelecimentos esse tipo de irregularidade. A estimativa do Sindicato dos Vigilantes do DF é que haja 5 mil empregados ilegais. "Isso não traz segurança para quem contrata e ainda põe em risco a população. E tira o serviço do pai de família

que tem curso de segurança privada", criticou Jervalino Rodrigues, presidente do sindicato.

A entidade é uma das principais fontes da PF. Diariamente, o sindicato recebe ligações com casos de exercício ilegal da profissão e os repassa à polícia. A maioria das denúncias refere-se ao trabalho policial. "Já mandamos ofício para o comando da corporação, mas não sabemos se algum procedimento foi feito. Eles deveriam conscientizar os policiais a evitarem os bicos", disse Jervalino.

Todo vigilante precisa se preparar em uma das empresas cadastradas na Polícia Federal. Até este mês, 72.590 vigilantes foram formados no DF, sendo que 15 mil são vinculados a 46 empresas especializadas e 23 orgânicas (aquelas montadas pelo próprio estabelecimento). O salário médio de um segurança é de R\$ 1 mil. Os que trabalham como *free lancer* das empresas ganham por dia R\$ 70. Todo vigilante deve ser vinculado a alguma firma cadastrada, caso contrário, o exercício ilegal está configurado.

Para baratear os custos, o delegado federal Renington Serra diz que cada vez mais comerciantes das cidades contratam indiretamente vigias. E pagam até R\$ 30 por um dia trabalhado. "Muitos não sabem que podem responder como partícipe do crime de exercício ilegal da profissão, cuja pena varia de 3 meses a 2 anos de detenção", explicou o delegado.

Legais, mas nem tanto

Empresas de seguranças legalizadas também são investigadas por contratarem PMs. "Se pegarmos, levamos o militar para a delegacia e fazemos um termo circunstanciado. Comunicamos o caso também à Corregedoria da PMDF e ao Ministério Público do DF", disse o delegado federal Renington Serra. Mas, na avaliação dele, cabe à corporação coibir a atividade.

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada orienta os proprietários a não contratarem PMs. "O pior é quando fazem os bicos durante o trabalho policial. Isso é uma concorrência desleal. E ainda usam viaturas para isso", comentou o presidente do Sindicato, Marcelo Borges.

A Corregedoria Geral da PMDF disse, por meio de nota, que orienta constantemente comandantes de unidades para coibir a prática e vem apurando todas as denúncias recebidas. A corporação entende que o duplo emprego do policial caracteriza transgressão da disciplina, por descumprir o Estatuto dos Policiais Militares do DF e o Parecer nº 210/2000, da Procuradoria Geral do DF (FG)